ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE ERECHIM PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO No. 2090, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993.

REGULAMENTA CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA.

ANTONIO DEXHEIMER, Prefeito Municipal de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 64, Inciso V da Lei Orgânica do Município, e no previsto na Lei Municipal No. 2593, de 23.12.93,

## DECRETA

- Art. 10. Todo o pedido de isenção (total ou parcial), baseado no Artigo 20 da Lei Municipal No. 2593, de 23 de dezembro de 1993, deverá ser processado administrativamente, mediante requerimento do interessado, e/ou, de seu representante legal, comprovando:
  - a) Ser titular de imóvel único; Ser posseiro ou detentor do domínio útil;
  - b) Comprovar estar em dia com a Receita Municipal até a data do pedido;
  - c) Não será concedida isenção para tributos lançados em Dívida Ativa;
  - d) No caso das letras "a" e "b" do Artigo 20 da Lei 2593/93, anexar Laudo Médico comprobatório e comprovante da renda pessoal e do conjunto familiar;
  - e) No caso da letra "c", apresentar o Formal de Partilha devidamente homologado pela justica e comprovante de renda pessoal;
  - f) No caso da letra "d", atestado comprobatório da deficiência física e comprovação da renda pessoal e do conjunto familiar;
  - g) Para o desempregado: comprovação de que se encontra desempregado através da CTPS; Comprovante de que não está recebendo Seguro Desemprego e que o rendimento familiar não ultrapasse dois salários mínimos mensais;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE ERECHIM PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 20. - Processado o requerimento, isento de custas, o mesmo será encaminhado à Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente, nos casos da letra "a", "b" e "d", para a verificação da legitimidade da invocação, sendo remetido, após à Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. No caso das demais situações previstas na Lei, o Processo será encaminhado, imediatamente, à Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, para o levantamento do estado sócio-econômico do contribuinte.

Concluído o trâmite pela Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente e Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, voltará, o Processo, à Secretaria Municipal da Fazenda para a verificação do grau de isenção a ser concedido, ou não, ao contribuinte. Após, o Processo será remetido à Consultoria Jurídica para Parecer e concluído o trâmite, ao Prefeito para a decisão.

- Art. 3o. É aprovado o requerimento, Anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Decreto.
- Art. 40. Revogadas as disposições em contrário este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, RS., 29 DE DEZEMBRO DE 1993.

ANTONIO DEXHEIMER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra

SéRGIO ANTONIO CIDADE Sec. Mun. de Administração ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE ERECHIM PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO I - AO DECRETO NO. 2090, DE 29-12-93.

EXMO. SR.
PREFEITO MUNICIPAL DE ERECHIM
NESTA CIDADE

() Comprovante de que não está recebendo seguro desemprego (se for o caso)

() Comprovantes de renda pessoal e familiar () Laudo Médico comprobatório (se for o caso)

() Atestado comprobatório de deficiência (se for o caso)

() Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais.